

A história da historiografia brasileira e suas evidências

The history of Brazilian historiography and its evidences

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Livro de fontes de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, 266 p.

Maria da Glória de Oliveira

mgloriaprof@gmail.com

Professora adjunta

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Campus de Seropédica - BR 465 (Antiga Rio-São Paulo) - Km 7

23890-000 - Seropédica - RJ

Brasil

Palavras-chave

História da historiografia; Fonte histórica; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Keywords

History of historiography; Historical source; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

274

Enviado em: 30/4/2012

Aprovado em: 30/5/2012

A emergência dos estudos historiográficos costuma ser compreendida como sintoma de um momento peculiar de crise da disciplina nas décadas finais do século XX, marcada por uma guinada reflexiva dos historiadores acerca de seu ofício e pressupostos de pesquisa. Mais do que expediente pontual frente às inquietações do campo disciplinar, o que se observa é que o advento de uma “consciência historiográfica”, para usarmos a expressão de Pierre Nora, contribuiu decisivamente para o entendimento da historiografia como lugar de memória e, por conseguinte, como objeto, entre outros, da investigação dos historiadores. Na busca por desfazer a identificação do conhecimento do passado com o exercício de rememoração, a história da história, afinada às demandas dessa nova “etapa epistemológica” da disciplina, passou a se orientar por uma série de indagações acerca dos procedimentos e categorias conceituais que tornam possível a sua elaboração, bem como das mediações sociais de sua difusão.

No entanto, para além dessa aproximação recente com a epistemologia, a história da historiografia não pode ser considerada um empreendimento absolutamente novo. Basta lembrarmos que, entre os trabalhos que contribuíram para a demarcação desse campo, estão os célebres artigos em torno dos problemas da historiografia antiga e moderna, de Arnaldo Momigliano, escritos a partir dos anos de 1950.¹ No contexto brasileiro, aos estudos de José Honório Rodrigues, costuma-se atribuir um caráter pioneiro para a historicização da produção historiográfica nacional (GUIMARÃES 1995). Em suma, desde que passou a ser concebida como dotada de historicidade, ou seja, condicionada pelo ponto de vista de seu autor, pelo tempo e lugar de sua elaboração, a pesquisa e a escrita da história passaram a demandar a abordagem crítica das produções historiográficas precedentes.²

275

Nas páginas introdutórias do *Livro de fontes da historiografia brasileira*, Manoel Luiz Salgado Guimarães apresenta um ensaio vigoroso acerca das articulações entre os estudos de historiografia e o trabalho de reflexão teórica acerca do conhecimento histórico, entendendo esses estudos como campo específico de investigação e, de modo mais abrangente, como componente fundamental da formação dos historiadores. A escrita da história, uma das formas possíveis de elaboração da experiência do tempo, vinculada às práticas sociais de reconstrução do passado e de sua memorização, também se inscreve em uma “cultura histórica”, expressão que denota a dimensão sistêmica dos dispositivos coletivos de produção de sentido para o passado, que se manifestam em diferenciados campos da vida social. A historiografia, como *corpus* de textos dados à leitura de uma coletividade como parte de seu próprio esforço de construção identitária, seria a evidência mais tangível das operações intelectuais que transformam os tempos pretéritos em narrativa e objeto de conhecimento,

¹ O artigo emblemático, neste sentido, é “Ancient history and the antiquarian”, cuja primeira publicação data de 1950. Cf. MOMIGLIANO 1983.

² De fato, o advento de um conceito reflexivo de história corresponde à consciência de que a historiografia está condicionada pelo ponto de vista de quem a elabora. Reinhart Koselleck atribui a Chladenius (1710-1759) a demarcação epistemológica na qual o perspectivismo – o estar vinculado a uma situação ou ponto de vista – transforma-se em pressuposto do conhecimento histórico. Cf. KOSELLECK 2006, p. 173-191.

visando às demandas de um tempo presente e aos anseios de projeção do futuro. Daí o seu estatuto de fonte (esse recurso imperativo que circunscreve o trabalho do historiador desde sempre) e vestígio material privilegiado para a compreensão dos modos com que a história se constituiu como gênero discursivo e disciplina, dotada de procedimentos específicos e regras de validação próprias.

Se considerarmos que o trabalho do historiador começa com o gesto de reunir, selecionar e transformar as marcas do passado em fontes documentais, não será difícil reconhecer a relevância da edição crítica de documentos no espectro diversificado de tarefas que compõem a operação historiográfica. A necessidade de ultrapassar a confecção de catálogos de autores e obras ou de balanços bibliográficos que, tradicionalmente, se confundiram com os estudos de historiografia, tornou imprescindível uma demarcação dos seus objetos, a formulação de problemas e de pautas específicas de investigação, como parte de um processo que Paul Ricoeur denominou de "momento do arquivo", patamar inaugural de todo percurso investigativo.

Em território brasileiro, sempre foram tímidos os investimentos em publicações de edições críticas e comentadas de textos historiográficos e/ou de teoria da história, sobretudo para circulação mais ampla entre alunos de graduação e de pós-graduação, na área das humanidades. Recentemente, esse nicho editorial começou a ser preenchido por iniciativas como as de Estevão de Rezende Martins, com a edição da antologia *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX* (MARTINS 2010) e de Jurandir Malerba, com *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX* (MALERBA 2011). Como parte dos esforços promissores de publicações do gênero, também se destacam as traduções comentadas das obras dos alemães Johann Gustav Droysen (DROYSEN 2009) e Gervinus (GERVINUS 2010), empreendidas por Sara Baldus e Julio Bentivoglio.

276

A coletânea organizada por Manoel Salgado, cuja publicação se materializou logo após a sua prematura morte em 2011, deve ser saudada como uma das iniciativas precursoras no âmbito da edição de fontes textuais para a história da historiografia no Brasil. Sua tese sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), *A escrita da história no século XIX: historiografia e nação no Brasil (1838-1857)*, defendida em 1987, na Universidade de Berlim e, em especial, o artigo que a condensa, "Nação e civilização nos trópicos" (1988), estão situados hoje entre os trabalhos de leitura obrigatória para os pesquisadores da história da historiografia brasileira, campo de investigação dentro do qual se evidencia um volume crescente e renovado de teses e dissertações.

O *Livro de fontes* é composto por discursos, dissertações e memórias, originalmente publicados na revista do IHGB, ao longo do século XIX, e nomeados por Manoel Salgado como "textos de fundação" por dois aspectos entrecruzados: são textos que inauguram uma forma peculiar de escrita, ou seja, a escrita da história do ponto de vista nacional, e sinalizam o surgimento de uma nova especialidade no mundo das atividades letradas – a figura do historiador do Brasil, como aquele que organiza a narrativa do passado da nação a partir de protocolos discursivos específicos. Dito de outro modo, tais textos podem

ser lidos como fundadores por remeterem a formas possíveis de representação do passado, cujo valor não está na atualidade nem tampouco na invalidação definitiva de seu conteúdo, mas porque, neles, podemos reconhecer modos de pesquisar e escrever a história.

Os nove documentos historiográficos, estampados em sua ortografia e pontuação originais e acrescidos de elucidativas notas do organizador, representam emblematicamente o processo de “disputa em torno do passado desejado” no Oitocentos brasileiro, momento marcado por debates em torno das formas necessárias para uma adequada escrita da história nacional, quando não se havia fixado ainda um modelo canônico para a sua elaboração. Assim, no célebre “Discurso” [1839], proferido na inauguração do IHGB, por Januário da Cunha Barbosa, é possível flagrar certo tipo de consciência histórica que se expressa em consonância com as demandas de consolidação do Estado monárquico imperial, não apenas pela defesa da finalidade magisterial para o conhecimento do passado, mas também no esboço de prescrição de certos procedimentos normativos. As reflexões acerca dos modos de se escrever a história do Brasil permaneceriam presentes em uma série de trabalhos apresentados pelos sócios do Instituto, nas décadas seguintes à sua criação. A preocupação perpassa a “Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil” [1840], na qual Raimundo da Cunha Matos define a história como a ciência cujo objetivo primeiro seria o de descrever os acontecimentos do presente e do passado. Transformada em tema de concurso, a questão acerca de como se deveria escrever a história nacional daria origem a outra “Dissertação”, desta vez, de autoria do naturalista bávaro Carl Friedrich Phillip von Martius, premiado pelo IHGB em 1847. O único texto concorrente, a “Memória sobre o melhor plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil”, do diplomata prussiano Henrique Wallenstein, juntamente com o “Parecer acerca das memórias sobre o modo pelo qual se deve escrever a história do Brasil” no qual se justificou a escolha do plano de Martius, apresentam-se como peças documentais importantes para a reconstituição dos termos do debate. Por fim, entre os documentos coligidos na coletânea, o artigo “Indicações sobre a história nacional” [1894], de Tristão de Alencar Araripe, recicla a fórmula da *historia magistra vitae*, já em pleno contexto republicano, para defender a utilidade da história em explicar “o que a pátria é e o que pode vir a ser”, porquanto sem a narração dos acontecimentos do passado, não seria possível decifrar “a condição presente e futura do Brasil”.

Ao longo do Oitocentos, distintas visões acerca da pesquisa e escrita históricas sempre foram tacitamente acolhidas entre os sócios do IHGB, em nome dos objetivos estabelecidos para a agremiação, desde a formulação dos seus estatutos fundamentais. Os textos reunidos e anotados por Manoel Salgado apresentam-se como fontes genuínas para o estudo dessa história intelectual, são evidências documentais de um debate cujos vencedores não estavam definidos de antemão e, em seus desdobramentos, prefiguraram respostas possíveis para o problema da representação do passado da nação.

Referências bibliográficas

- DROYSEN, J. Gustav. **Manual de teoria da história**. Tradução de Sara Baldus e Julio Bentifoglio. Petrópolis: Vozes, 2009.
- GERVINUS, Georg G. **Fundamentos de teoria da história**. Tradução de Sara Baldus e Julio Bentifoglio. Petrópolis: Vozes, 2010.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. **Ágora**: revista de história e geografia, Santa Cruz do Sul, vol.1, n.1, março 1995.
- KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: PUC-Rio / Contraponto, 2006.
- MALERBA, Jurandir (org.) **Lições de história**: o caminho da ciência no longo século XIX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- MARTINS, Estevão de Rezende (org.). **A história pensada**: teoria e método na historiografia europeia do século XIX. São Paulo: Editora Contexto, 2010.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. **Problèmes d'historiographie ancienne et moderne**. Paris: Gallimard, 1983.